

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8036328-40.2021.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª Turma PACIENTE: DANIEL SOARES DOS SANTOS e outros (7) Advogado (s): THIAGO FREIRE ARAUJO SANTOS, MAURICIO LIMA DE OLIVEIRA FILHO, LUCAS SALES GAVAZA SILVA IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE SALVADOR, 1ª VARA DE TÓXICOS Advogado (s): EMENTA HABEAS CORPUS. COMÉRCIO DE DROGAS, PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. DECISÃO QUE DECRETOU O APRISIONAMENTO CAUTELAR LASTREADA EM FUNDAMENTAÇÃO CONSISTENTE. EXPRESSIVA QUANTIDADE DE ENTORPECENTE APREENDIDA. IDENTIFICAÇÃO DE PACIENTES QUE PORTAVAM ARMAS DE FOGO. INDÍCIOS DE PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA PRESENTES. INSUFICIÊNCIA DAS MEDIDAS PREVISTAS NO ART. 319 DO CPP PARA AFASTAR O RISCO À ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL DESCONFIGURADO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. I – Os Impetrantes sustentam que os requisitos para decretação da custódia cautelar não foram preenchidos. Alegam que a decisão vergastada está lastreada em argumentação genérica, permeada por conceitos jurídicos indeterminados, de sorte que o MM. Juízo a quo teria se limitado a “enumerar fatos inerentes ao próprio tipo penal”. Nesse diapasão, aduzem que os suplicantes ostentam circunstâncias pessoais favoráveis, pois são primários, têm endereço fixo e profissão lícita. Além disso, argumentam que os delitos pelos quais foram denunciados não estão associados a grave ameaça ou violência. Como tese subsidiária, pleiteiam a fixação das medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP. II – Segundo a decisão que indeferiu o pleito de revogação da prisão preventiva dos pacientes, no dia 22/09/2021, ao realizar patrulhamento de rotina, policiais obtiveram a notícia de que havia vinte pessoas traficando drogas naquela região. Chegando ao local, os agentes estatais foram recebidos com disparos de arma de fogo, de modo que muitos dos indivíduos presentes dispersaram-se, porém, os pacientes não lograram êxito na fuga. III – Observa-se que os argumentos da decisão hostilizada estão relacionados à gravidade em concreto dos delitos e à periculosidade dos acusados. Nessa toada, cumpre ressaltar que todos os pacientes foram presos em uma mesma operação policial, na qual observou-se a presença de mais criminosos. Logo, há fortes indícios de conluio entre eles, conforme narrativa contida na denúncia. IV – Nota-se que a quantidade de drogas apreendida é significativa e foi expressamente mencionada pela autoridade coatora no título judicial combatido, perfazendo “175,46 g (cento e setenta e cinco gramas e quarenta e seis centigramas) de maconha; 969,06 g (novecentos e sessenta e nove gramas e seis centigramas) de cocaína; e 76,29 g (setenta e seis gramas e vinte e nove centigramas) de cocaína, sob a forma de pedras”. A elevada quantia e a variedade demonstram a capacidade de disseminação dos entorpecentes, podendo abastecer o tráfico de uma região por um tempo prolongado. Além disso, registrou-se que quatro dos cinco pacientes traziam consigo armas de fogo, sendo que parte dos artefatos bélicos estavam municiados. V – Tampouco se pode olvidar que dois pacientes, além de estarem armados naquela ocasião, têm em face de si outras ações penais em curso por tráfico de drogas, conforme explicitado no veredito combatido. Quanto aos demais, embora não haja, em face deles, registros de processos criminais em andamento, as condutas de porte ilegal de arma de fogo e de venda de narcóticos podem, em princípio, ser-lhes atribuídas. Ademais, como explicado, há elementos indicativos da provável configuração de concurso de agentes, de forma que o crime de associação para o tráfico pode ser imputado a todo o grupo. Nesse sentido, um dos

suplicantes portava “1 (uma) pistola .45, com três carregadores e 15 (quinze) munições intactas”; o segundo detinha “01 (um) Revolver calibre 38, com numeração suprimida”; o terceiro trazia consigo “01 (uma) pistola calibre 380, com 15 munições intactas, e numeração suprimida”; o quarto tinha “01 (uma) Pistola 9MM, com numeração suprimida, com uma munição”, ao passo que o quinto estava com uma mochila onde foram encontradas as drogas e um caderno de anotações. VI – A quantidade de substâncias ilícitas apreendidas somadas aos apetrechos para viabilizar o comércio desse material e os armamentos encontrados revelam que os pacientes podem ter vínculos com organizações criminosas, pois não se confia o armazenamento de um montante expressivo de drogas e o arsenal bélico aludido a pessoas desconhecidas, dado os valores monetários envolvidos em uma situação dessa natureza. VII – Nesse cenário, a despeito de os Impetrantes afirmarem que alguns dos suplicantes são jovens e ainda ostentam a primariedade, a dignidade de milhares de usuários de drogas também deve ser levada em conta, pois a vida dessas pessoas é devastada pelo vício decorrente da venda de narcóticos, cuja profusão é estimulada por comportamentos como o dos acusados, que traziam consigo expressiva quantidade de entorpecentes para ser distribuída e, para assegurar o negócio ilícito, portavam armas de fogo, o que reforça a gravidade em concreto dos delitos e o risco que a liberdade deles representa para a ordem pública, de sorte que as medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP são ineficazes para sanar tal ameaça nesse momento. VIII – Ante o exposto, na esteira do parecer ministerial, julga-se pela denegação da ordem impetrada. HABEAS CORPUS DENEGADO. HC Nº 8036328-40.2021.8.05.0000 – SALVADOR/BA. RELATORA: NARTIR DANTAS WEBER ACÓRDÃO Relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 8036328-40.2021.8.05.0000 da Comarca de Salvador/BA, impetrado por THIAGO FREIRE ARAÚJO SANTOS, LUCAS SALES GAVAZA SILVA E MAURÍCIO LIMA DE OLIVEIRA FILHO em favor de DANIEL SOARES DOS SANTOS, JAMESON LIMA CARDOSO, PATRICK LIMA DE MAIA DOS SANTOS, MICAEL DE JESUS PINHEIRO, e JAILSON DOS SANTOS GONÇALVES. ACORDAM os Desembargadores integrantes da Primeira Turma Julgadora da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, à unanimidade, em CONHECER E DENEGAR A ORDEM IMPETRADA, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 1ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Denegado Por Unanimidade Salvador, 1 de Fevereiro de 2022. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8036328-40.2021.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª Turma PACIENTE: DANIEL SOARES DOS SANTOS e outros (7) Advogado (s): THIAGO FREIRE ARAUJO SANTOS, MAURICIO LIMA DE OLIVEIRA FILHO, LUCAS SALES GAVAZA SILVA IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE SALVADOR, 1ª VARA DE TÓXICOS Advogado (s): RELATÓRIO I – Os advogados THIAGO FREIRE ARAÚJO SANTOS, LUCAS SALES GAVAZA SILVA E MAURÍCIO LIMA DE OLIVEIRA FILHO, inscritos na OAB/BA sob os números 49.486, 49.755 e 49.657, respectivamente, impetraram ordem de Habeas Corpus, com pedido liminar, em favor de JAILSON DOS SANTOS GONÇALVES, brasileiro, maior, solteiro, mecânico, natural de São Felix/BA, nascido em 09/12/1997, portador do RG sob o nº 13.008.547-23 SSP/BA, inscrito no CPF nº 035035205-46 filho de Jucelio dos Santos Gonçalves e Eliane de Jesus dos Santos, residente e domiciliado na rua Santa Luiza, nº 11, Pernambués, Salvador-Bahia; DANIEL SOARES DOS SANTOS, brasileiro, maior, solteiro, vendedor ambulante, natural de Salvador/BA, nascido em

16/10/1994, portador do RG sob o nº 15.388.078-31 SSP/BA, inscrito no CPF nº 868370685-04, filho de Albertino Paulo dos Santos e Maria das Graças Soares dos Santos, residente e domiciliado na rua das Flores, nº 185, Pernambués, Salvador-Bahia; PATRICK LIMA MAIA DOS SANTOS, brasileiro, maior, solteiro, pintor, natural de Salvador/BA, nascido em 04/07/2003, portador do RG sob o nº 20.996.598-34 SSP/BA, inscrito no CPF nº 122079395-70 filho de Antônio Maia dos Santos e Simone Santos Lima, residente e domiciliado na rua Santa Luiza, nº 72, Pernambués, Salvador-Bahia; JAMESON LIMA CARDOSO, brasileiro, maior, solteiro, vendedor, natural de Salvador/BA, nascido em 06/01/1996, portador do RG sob o nº 16.422.572-22 SSP/BA, inscrito no CPF nº 865965655-56 filho de Juraci da Cruz Cardoso dos Santos e Marileis da Cruz Lima, residente e domiciliado na travessa Dom João VI, nº 11-E, Mata Escura, Salvador-Bahia; e MICAEL DE JESUS PINHEIRO, brasileiro, maior, solteiro, vendedor, natural de Salvador/BA, nascido em 19/02/2000, portador do RG sob o nº 14.799.102-10 SSP/BA, filho de Jorge Neves Pinheiro e Terezinha Leite de Jesus, residente e domiciliado na rua Santa Luzia, nº 72, Pernambués, Salvador-Bahia, apontando como autoridade coatora o MM. Juízo da 1ª Vara de Tóxicos da Comarca de Salvador/BA. Segundo a decisão que indeferiu o pleito de revogação da prisão preventiva dos pacientes, no dia 22/09/2021, ao realizar patrulhamento de rotina, policiais obtiveram a notícia de que havia vinte pessoas traficando drogas naquela região. Chegando ao local, os agentes estatais foram recebidos com disparos de arma de fogo, de modo que muitos dos indivíduos presentes dispersaram-se e conseguiram fugir. Todavia, os suplicantes foram detidos e com eles foram apreendidas drogas e vários artefatos bélicos. Nesse sentido, registrou-se que na posse de “Daniel Soares foi encontrada 01 (uma) pistola calibre 380, com 15 munições intactas, e numeração suprimida; de Jameson Lima, 01 (uma) Pistola 9MM, com numeração suprimida, com uma munição e sem carregador; de Patrick Lima, 01 (um) Revolver calibre 38, com numeração suprimida, sem munição; de Micael de Jesus, 01 (uma) pistola .45, com três carregadores e 15 (quinze) munições intactas; de Jailson dos Santos uma mochila preta, que continha certa quantidade pinos com pó branco, análogo a cocaína, certa quantidade de uma pedra amarela, análoga a crack, 18 (dezoito) porções de maconha, um caderno de anotações do tráfico, 10 (dez) munições 9mm e a quantia em dinheiro de R\$327,00” (ID: 20611727). Contudo, os Impetrantes sustentam que os requisitos para decretação da custódia cautelar não foram preenchidos. Alegam que a decisão vergastada está lastreada em argumentação genérica, permeada por conceitos jurídicos indeterminados, de sorte que o MM. Juízo a quo teria se limitado a “enumerar fatos inerentes ao próprio tipo penal atribuído à Paciente, sem explicar o porquê de medida de tamanha gravidade estar sendo necessária no caso concreto”. Nesse diapasão, aduzem que Micael, Jailson e Patrick são jovens e ostentam circunstâncias pessoais favoráveis, pois são primários, têm endereço fixo e profissão lícita. Além disso, argumentam que os delitos pelos quais os pacientes foram denunciados não estão associados a grave ameaça ou violência. Sendo assim, a custódia cautelar estaria lastreada na gravidade em abstrato dos crimes, de modo que a liberdade dos acusados não representa risco à ordem pública, à aplicação da lei penal tampouco à instrução do processo, motivos pelos quais pugnam pela revogação da segregação provisória. Como tese subsidiária, pleiteiam a fixação das medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP. Por derradeiro, observa-se que os Impetrantes, sob os mesmos argumentos, também questionam a legalidade da decisão que converteu a prisão em

flagrante em preventiva. Recebido este writ e verificada a presença de pedido liminar, este foi indeferido com base na ausência de dados que conferissem suporte às alegações delineadas na Exordial. (ID nº 20684027). Foram prestadas as informações pela autoridade dita coatora (nº 21185643). Em parecer lavrado pela Procuradora Márcia Luzia Guedes de Lima, a Procuradoria de Justiça opinou pela denegação da ordem (nº 21541050). Salvador/BA, 13 de dezembro de 2021. Nartir Dantas Weber Relatora

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
Primeira Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL  
n. 8036328-40.2021.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª Turma  
PACIENTE: DANIEL SOARES DOS SANTOS e outros (7) Advogado (s): THIAGO FREIRE ARAUJO SANTOS, MAURICIO LIMA DE OLIVEIRA FILHO, LUCAS SALES GAVAZA SILVA IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE SALVADOR, 1ª VARA DE TÓXICOS Advogado (s): VOTO

II – De início, é preciso esclarecer que se adota como parâmetro para a análise deste writ o julgamento por meio do qual a autoridade coatora indeferiu o pedido de revogação da custódia dos pacientes, uma vez que essa decisão é posterior ao decreto que converteu a prisão em flagrante em preventiva. No veredito hostilizado, a autoridade coatora manifestou-se nos seguintes termos: Consta dos autos que, no dia 22 de setembro de 2021, na Rua Mario Paim, no bairro de Pernambués, nesta capital, policiais realizavam ronda de rotina, quando receberam a informação de que nas proximidades havia cerca de 20 (vinte) homens armados e traficando drogas. Infere-se que, ao chegarem no local, os policiais foram recebidos a tiros, pelo que houve revide, e alguns indivíduos fugiram, entrando em uma residência inabitada. Extraí-se que, após o cerco feito pelos policiais, os indivíduos se renderam. Constata-se que na posse de Daniel Soares foi encontrada 01 (uma) pistola calibre 380, com 15 munições intactas, e numeração suprimida; de Jameson Lima, 01 (uma) Pistola 9MM, com numeração suprimida, com uma munição e sem carregador; de Patrick Lima, 01 (um) Revolver calibre 38, com numeração suprimida, sem munição; de Micael de Jesus, 01 (uma) pistola .45, com três carregadores e 15 (quinze) munições intactas; de Jailson dos Santos uma mochila preta, que continha certa quantidade pinos com pó branco, análogo a cocaína, certa quantidade de uma pedra amarela, análoga a crack, 18 (dezoito) porções de maconha, um caderno de anotações do tráfico, 10 (dez) munições 9mm e a quantia em dinheiro de R\$327,00. Cassiano Luís nada de ilícito portava. Há laudo confirmando a natureza toxicológica das drogas apreendidas, sendo um total de 175,46 g (cento e setenta e cinco gramas e quarenta e seis centigramas) de maconha; 969,06 g (novecentos e sessenta e nove gramas e seis centigramas) de cocaína; e 76,29 g (setenta e seis gramas e vinte e nove centigramas) de cocaína, sob a forma de pedras (crack). Como se sabe, a prisão preventiva ostenta o caráter rebus sic stantibus, significa dizer, portanto, que pode, a qualquer momento ser revogada. Para tanto, mister que haja alteração no contexto fático, ou em última análise, que fique sobejamente demonstrada a efetividade de medida menos drástica, em caráter substitutivo à prisão. No caso em tela, em relação aos réus DANIEL SOARES DOS SANTOS, JAMESON LIMA CARDOSO, PATRICK LIMA DE MAIA DOS SANTOS, MICAEL DE JESUS PINHEIRO, e JAILSON DOS SANTOS GONÇALVES, não se verifica quaisquer dessas hipóteses, uma vez que, não restou demonstrada qualquer alteração contextual capaz de modificar o quadro analisado na decisão ID 141692352 dos autos. Ademais, também não vislumbro, no momento, medida diversa da prisão a ser aplicada de forma efetiva. Quanto aos réus Daniel e Jameson, constata-se que a ordem pública se afigura em risco com a soltura dos mesmos, uma vez que, quando

em gozo de liberdade, ao que parece, escolheram perseverar na prática delitativa. Outrossim, feita pesquisa no sistema SAJ, verificou-se que registram antecedentes criminais, pois Daniel responde a uma ação penal por tráfico de drogas (autos nº 0 5390063-93.2019.8.05.0001) perante a 3ª Vara de Tóxicos de Salvador; e Jameson responde a outra ação penal (autos nº 0705540-38.2021.8.05.0001), perante a 2ª Vara de Tóxicos. No que tange aos réus Patrick, Micael e Jailson, apesar de não ostentarem antecedentes formais, segundo dados disponíveis nos autos, foram encontrados na posse de armas de fogo, de munições e de expressiva quantidade de drogas, conforme relatado. Ressalta-se que a apreensão de grande quantidade de entorpecente evidencia o envolvimento dos requerentes com organização criminosa, demonstrando a sua periculosidade concreta. No que toca aos argumentos da decisão hostilizada, nota-se que são consistentes, estando associados à gravidade em concreto do delito e à periculosidade dos denunciados. Nessa toada, cumpre ressaltar que todos os pacientes foram presos em uma mesma operação policial, na qual observou-se a presença de mais criminosos, os quais lograram êxito em escapar. Logo, há fortes indícios de conluio entre os acusados, conforme capitulação indicada na denúncia (ID: 20611749; fl. 6): [...] estão DANIEL SOARES DOS SANTOS, JAMESON LIMA CARDOSO e PATRICK LIMA MAIA DOS SANTOS como incursos na pena do art. 16 6, § 1º, inc. IV da lei 10.826 6/2003; MICAEL DE JESUS PINHEIRO como incurso na pena do art. 14 da lei 10.826/2003; e JAILSON DOS SANTOS GONÇALVES como incurso na pena do art. 33 da Lei 11.343/2006; bem como DANIEL SOARES DOS SANTOS, JAMESON LIMA CARDOSO, PATRICK LIMA MAIA DOS SANTOS, MICAEL DE JESUS PINHEIRO, JAILSON DOS SANTOS GONÇALVES e CASSIANO LUÍS DOS SANTOS CRUZ como incursos na pena do art. 35 da Lei 11.343/2006. Isso posto, nota-se que a quantidade de drogas apreendida é significativa e foi expressamente mencionada pela autoridade coatora no título judicial combatido, perfazendo “175,46 g (cento e setenta e cinco gramas e quarenta e seis centigramas) de maconha; 969,06 g (novecentos e sessenta e nove gramas e seis centigramas) de cocaína; e 76,29 g (setenta e seis gramas e vinte e nove centigramas) de cocaína, sob a forma de pedras”. A elevada quantia e a variedade demonstram a capacidade de disseminação dos entorpecentes, podendo abastecer o tráfico de uma região por um tempo prolongado. Além disso, registrou-se que quatro dos cinco pacientes traziam consigo armas de fogo, sendo que parte dos artefatos bélicos estava municiada. Tampouco se pode olvidar que os pacientes Daniel e Jameson, além de estarem armados naquela ocasião, têm em face de si outras ações penais em curso por tráfico de drogas, conforme explicitado no veredito combatido. Quanto aos pacientes Micael, Patrick e Jailson, embora não haja, em face deles, registros de processos criminais em andamento, as condutas, respectivamente, de porte ilegal de arma de fogo e de venda de narcóticos podem, em princípio, ser-lhes atribuídas. Ademais, como explicado, há elementos indicativos da provável configuração de concurso de agentes, de forma que o crime de associação para o tráfico pode ser imputado a todo o grupo. Nesse sentido, o primeiro portava “1 (uma) pistola .45, com três carregadores e 15 (quinze) munições intactas”; o segundo detinha “01 (um) Revolver calibre 38, com numeração suprimida”, ao passo que o terceiro estava com uma mochila onde foram encontradas as drogas e um caderno de anotações. A quantidade de substâncias ilícitas apreendidas somadas aos apetrechos para viabilizar o comércio desse material e os armamentos encontrados revelam que os pacientes podem ter vínculos com organizações criminosas, pois não se confia o armazenamento de um montante expressivo de drogas e o arsenal bélico aludido a pessoas

desconhecidas, dado os valores monetários envolvidos em uma situação dessa natureza. Sublinhe-se que foi apreendido quase um quilo de cocaína, a qual detém um potencial lesivo e uma capacidade diferenciadas de viciar os seus consumidores. Nesse cenário, a despeito de os Impetrantes afirmarem que alguns dos suplicantes são jovens e ainda ostentam a primariedade, a dignidade de milhares de usuários de drogas também deve ser levada em conta, pois a vida dessas pessoas é devastada pelo vício decorrente da venda de narcóticos, cuja profusão é estimulada por comportamentos como o dos acusados, que traziam consigo expressiva quantidade de entorpecentes para ser distribuída e, para assegurar o negócio ilícito, portavam armas de fogo, o que reforça a gravidade em concreto dos delitos e o risco que a liberdade deles representa para a ordem pública, de sorte que as medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP são ineficazes para sanar tal ameaça nesse momento. Além disso, a acusação versa sobre crimes com penas máximas em abstrato superiores a quatro anos. Há indícios de autoria e provas da materialidade, posto que as drogas e o armamento foram encontrados com os suplicantes em um mesmo contexto. Portanto, estão presentes os requisitos e pressupostos previstos no art. 312, caput c/c art. 313, inciso I, ambos do CPP. Corroboram esse posicionamento os seguintes precedentes do STJ (grifos acrescidos): EMENTA: PROCESSO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO, RECEPÇÃO, ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA, POSSE E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA. DESCRIÇÃO ADEQUADA. INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE OBSERVADAS. SUBSUNÇÃO DA CONDOTA AOS TIPOS PENAIIS. JUSTA CAUSA E TIPICIDADE DA CONDOTA. ANÁLISE DA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA DOS AUTOS. INVIABILIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. TEMA ANALISADO NO HC 619.571/ES. REITERAÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E NESSA EXTENSÃO DESPROVIDO. 1. Nos termos do entendimento consolidado desta Corte, o trancamento da ação penal, inquérito policial ou procedimento investigativo por meio do habeas corpus é medida excepcional. Por isso, será cabível somente quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito. 2. Da análise da inicial acusatória, verifica-se a descrição de fato típico, ilícito e culpável, restando claro da peça acusatória que o recorrente e demais denunciados "organizaram-se de forma ordenada, com divisão de tarefas, com o objetivo de auferir vantagem econômica, mediante a prática de infrações penais, quais sejam, tráfico ilícito de drogas (...); associação para o tráfico (...); posse e porte de arma de fogo (...) e receptação (...), sendo nítido o caráter de Organização Criminosa, nos exatos termos do § 1º, art. 1º, da Lei n. 12.850/2013". Diante dos indícios de autoria e materialidade, e devidamente caracterizada a subsunção da conduta do recorrente aos tipos penais descritos na denúncia, justifica-se o prosseguimento da persecução criminal. 3. Ademais, o reconhecimento da inexistência de justa causa para o prosseguimento da ação penal e da atipicidade da conduta exigem profundo exame do contexto probatórios dos autos, o que é inviável na via estreita do writ. Precedentes. 4. O pleito de revogação da prisão preventiva é mera reiteração de pedido já deduzido perante este Juízo, no HC 619.571/ES. Desse modo, é o caso de não conhecimento do recurso, neste particular. 5. Recurso parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido. (STJ; RHC 146643 / ES; Rel Min Ribeiro Dantas; 5ª Turma; Data do Julgamento: 21/09/2021) (grifos acrescidos). EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE

ENTORPECENTES, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. MOTIVAÇÃO SUFICIENTE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. A prisão preventiva é compatível com a presunção de não culpabilidade do acusado desde que não assuma natureza de antecipação da pena e não decorra, automaticamente, do caráter abstrato do crime ou do ato processual praticado (art. 313, § 2º, CPP). Além disso, a decisão judicial deve apoiar-se em motivos e fundamentos concretos, relativos a fatos novos ou contemporâneos, dos quais se possa extrair o perigo que a liberdade plena do investigado ou réu representa para os meios ou os fins do processo penal (arts. 312 e 315 do CPP). 2. No caso, o Juiz de primeiro grau decretou a segregação do réu diante da quantidade de entorpecentes com ele encontrada 5,4 g de maconha, 1,273 kg de haxixe, além de 1 saco com pedras/cristais semelhantes a metanfetamina, da forma como foram acondicionadas as drogas e da apreensão de arma de fogo. Tais circunstâncias demonstram a maior periculosidade do paciente e, portanto, justificam a necessidade de imposição da custódia cautelar. Precedentes. 3. Agravo regimental não provido. (STJ; AgRg no HC 673775 / RJ; Rel Min Rogerio Schietti da Cruz; 6ª Turma; Data do Julgamento: 21/09/2021) (grifos acrescidos). CONCLUSÃO III – Ante o exposto, na esteira do parecer ministerial, denega-se a ordem de habeas corpus impetrada. Sala das Sessões, de de 2021. Presidente Nartir Dantas Weber Relatora Procurador (a) de Justiça